

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará (“Coelce” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16/04/2014, bem como o Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2013, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2013, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes:

A Administração da Companhia informa, que foram colocados à disposição dos Senhores Acionistas, em 06 de fevereiro 2014, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2013, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia.

2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2013 e a distribuição de dividendos:

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2013 um lucro líquido de **R\$ 156.555.783,18** (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e dezoito centavos).

Desse montante, (i) o valor de R\$ 60.519.511,93 (sessenta milhões, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e onze reais e noventa e três centavos) foi destinado à Reserva de Incentivo Fiscal, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76, e do art. 69 da Instrução Normativa nº 267/02, o que gerou um lucro líquido ajustado de R\$ 96.036.271,25 (noventa e seis milhões, trinta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Tendo em vista (i) a faculdade da Companhia prevista no § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, e que (ii) o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Coelce ultrapassa 30% do capital social da Companhia, a Administração propõe não destinar qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

Esclarecemos, ainda, no que se refere à Reserva de Incentivos Fiscais, que a Companhia em 2003 aderiu ao benefício SUDENE, previsto pela Instrução Normativa nº 267/02. Assim, a partir da reforma da Lei de Sociedades Anônimas pela Lei 11.638/07, e em consonância com o disposto no novo art. 195-A da Lei 6.404/76, destina para a reserva de incentivos fiscais a parcela de lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, tendo excluído esse montante da base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas da Companhia que o lucro líquido ajustado de R\$96.036.271,24 seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$76.829.017,00 (setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e nove mil e dezessete reais), 80 % do lucro líquido ajustado, a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, correspondendo R\$24.009.067,81 (vinte e quatro milhões, nove mil, sessenta e sete reais e oitenta e um centavos) a dividendos obrigatórios e R\$52.819.949,19 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos) a dividendos adicionais, em cumprimento ao art. 201 da Lei 6.404/76 e ao art. 29, (ii), “b” e “e”, do Estatuto social da Coelce. Do saldo remanescente, no valor de R\$19.207.254,25 (dezenove milhões, duzentos e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), R\$13.987.001,32 (treze milhões, novecentos e oitenta e

sete mil, um real e trinta e dois centavos) serão deduzidos por absorção de Outros Resultados Abrangentes, e o restante, no valor de R\$5.220.252,93 (cinco milhões, duzentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos) a serem destinados para a conta de reserva de reforço de capital de giro, nos termos do artigo 29, (ii), d) do Estatuto Social da Coelce

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2014, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31.12.2014, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembléia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2013, no valor de R\$ 2,010855847 por ação ordinária, ação preferencial Classe "A" e ação preferencial classe "B".

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1 II da Instrução CVM nº 481/2009, nos termos do inciso II do parágrafo segundo do art. 9º da referida instrução (Anexo II).

3. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2013:

Segue abaixo a proposta de remuneração dos administradores.

Proposta de remuneração global dos administradores para 2014 será de até no máximo: **R\$16.377.258,98**

Encontram-se anexa ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

4. Manutenção do Conselho Fiscal instalado; eleição dos seus membros e respectivos suplentes para o exercício de 2014 e fixação de sua remuneração

A Administração propõe que a Assembleia aprove a proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2014 de até **R\$ 275.795,61**.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal no exercício de 2014 será o equivalente a 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração está confortável com o nível de endividamento da Companhia que permaneceu em patamares conservadores e até abaixo da média sugerida pela regulamentação do setor elétrico. A Companhia encerrou 2013 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta+ PL) de 37% contra 55% sugerida pela regulamentação.

O índice que relaciona a Dívida líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações), demonstra que nos anos de 2012 e 2010 a Companhia praticamente manteve um equilíbrio entre a evolução de dívida líquida e o EBITDA. Em 2013, por razões próprias do negócio de distribuição de energia, o qual passa por revisões tarifárias a cada quatro anos, verificou-se uma redução no EBITDA da ordem de 38,8%, o que levou a aumentar um pouco este índice. Ainda assim, encontra-se em patamares conservadores em relação à média que o mercado julga razoável (2,06 versus 3,00).

A Companhia dispõe de caixa suficiente que viabiliza a liquidez para cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. No caso de alavancagem, a diretoria está segura de que a Companhia apresenta excelentes condições para contratar empréstimos e financiamentos para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros.

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do rating corporativo da Companhia de brAA+ para brAAA (com perspectiva estável), refletindo a solidez creditícia atual e futura da Coelce. De acordo com a S&P, a elevação do rating da Coelce, deve-se principalmente a um sólido desempenho operacional e a uma política financeira prudente, o que permitiu apresentar métricas de crédito moderadas e liquidez adequada, apesar do cenário desafiador pelo qual as companhias de distribuição enfrentaram, particularmente no primeiro trimestre de 2013.

Ao final do exercício de 2013, a Coelce obteve um custo da dívida de 10,86% a.a., que correspondeu a CDI + 2,44% a.a., custo este que é refletido pela composição do portfólio de empréstimos e financiamentos da Companhia, onde 33% são financiamentos firmados com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, que oferecem taxas abaixo da média praticada pelo mercado financeiro.

Indicadores de Endividamento	2013	2012	2011
Dívida Bruta / EBITDA	2,33	1,48	1,49
Dívida Líquida / EBITDA	2,06	1,12	1,02
EBITDA / Encargos de Dívida	5,79	8,77	10,35
Dívida Bruta / (Dívida Bruta+ PL)	0,37	0,38	0,43
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,34	0,32	0,34
Indicadores de liquidez	2013	2012	2011
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,87	1,78	1,78
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	1,06	1,14	1,10
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Aplicações financeira/Passivo Circulante)	0,13	0,27	0,39

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido):

	Exercício findo em 31/12/2013	Exercício findo em 31/12/2012	Exercício findo em 31/12/2011
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	1.566.323	1.560.330	1.471.022
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	827.534	738.741	767.246
TOTAL (R\$ mil)	2.393.857	2.299.071	2.238.268
Capital Próprio (%)	65,43%	67,87%	65,72%
Capital de Terceiros (%)	34,57%	32,13%	34,28%

A Companhia não possui ações resgatáveis, portanto, o item 10.1.b.i e 10.1.b.ii não são aplicáveis.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2013, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observam-se capacidade de pagamento dos compromissos financeiros que são refletidos no cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2013
Repasse BNDES		
Endividamento Financeiro Líquido ÷ LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações)	3,5	1,19
Endividamento Financeiro Líquido ÷ (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido)	0,6	0,32

Escritura da 2ª e 3ª emissão de debêntures		
Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA	2,5	1,89
EBITDA ÷ Despesa Financeira Líquida	2,75	6,07

A Companhia tem desenvolvido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) continuar a alongar o prazo médio de vencimento de suas dívidas, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo e captação de empréstimos para financiamentos de longo prazo; (ii) aumentar os níveis de liquidez de suas dívidas; e (iii) melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Considerando o seu perfil de endividamento de longo prazo e a sua capacidade financeira de captação de recursos e geração de caixa, a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

As fontes de liquidez da companhia correspondem principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO e SANTANDER; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos CAPEX (*Capital Expenses*) através do BNDES, BANCO DO NORDESTE e ELETROBRÁS.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais são suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bancárias, operações no mercado de capitais através de emissões de debêntures e de notas promissórias, dentre outras, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para realização de investimentos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas de crédito disponíveis e já contratadas. Dentre as linhas contratualmente disponíveis, estão R\$ 50 milhões junto ao BRADESCO e outros R\$ 50 milhões no SANTANDER.

Para execução de investimentos, a Companhia utiliza linhas de financiamento de longo prazo através de instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e Agências de fomento como ELETROBRÁS e SUDENE.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira									
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	3	163	-	7	284	142	11	261	391
União Federal - Bônus de Desconto (i)	8	-	2.673	8	-	2.332	7	-	2.141
União Federal - Bônus ao Par (i)	49	-	3.831	44	-	3.342	40	-	3.067
Total moeda estrangeira	60	163	6.504	59	284	5.816	720	16.039	5.599
Moeda nacional									
Eletrobrás (ii)	13	11.177	68.315	15	13.338	74.858	17	15.647	83.477
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iii)	1	76	-	3	287	76	5	259	362
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobrás) (iii)	25	3.092	-	114	11.008	2.931	183	9.308	13.040
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	2	936	-	10	5.343	891	18	5.048	5.889
Banco do Nordeste - Proinfra (iv)	412	61.315	90.259	455	33.667	151.574	299	30.369	132.179
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (v)	171	49.106	-	337	49.106	49.106	605	49.105	98.212
BNDES FINAME 2012-2013 (vi)	46	2.061	35.031	-	-	-	-	-	-
BNDES FINEM 2012-2013 A (vi)	244	6.480	71.278	-	-	-	-	-	-
BNDES FINEM 2012-2013 B (vi)	273	6.480	71.278	-	-	-	-	-	-
BNDES PEC (vii)	-	-	-	9	2.328	-	147	27.936	2.327
Total moeda nacional	1.187	140.723	336.161	943	115.077	279.436	1.274	137.672	335.486
Custos de transação	-	(193)	-	-	(285)	(193)	-	(364)	(476)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	1.187	140.530	336.161	943	114.792	279.243	1.274	137.308	335.010
Total de empréstimos e financiamentos	1.187	140.693	342.665	1.002	115.076	285.059	1.994	164.166	340.609

Características das operações financeiras:

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
Moeda estrangeira					
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 8,2% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.
Moeda nacional:					
Eletrobrás (ii)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iii)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobrás) (iii)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	IGP-M + 10,028% a.a.
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança Bancária	TJLP + 4,5% a.a.
Banco do Nordeste - Proinfra (iv)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (v)	28/04/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,7% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013 (vi)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A (vi)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B (vi)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,8% a.a.
Working Capital Santander (vii)	30/09/2013	27/06/2014	Mensal	Recebíveis	CDI + 1,8% a.a.

i) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).

ii) Eletrobrás - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.

iii) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás e a Caixa Econômica Federal à União Federal.

iv) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A Companhia celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.

v) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia contratado em 28 de abril de 2008, no montante total de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Itáú BBA, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 74% do total do contrato.

vi) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$ 217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2013 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total, ou seja, o valor de R\$ 192.698.

(vii) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da Companhia. Esse contrato foi liquidado em janeiro de 2013.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	-	114.215
2014	-	125.205	116.518
2015	62.456	31.992	20.889
2016	62.184	31.719	20.616
2017	61.366	30.901	19.798
2018	60.773	30.309	19.205
Após 2018	95.886	35.126	29.844
	342.665	285.252	341.085

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (sem os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de captação):

Moeda (equivalente em R\$)/indexador	31/12/2013	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Moeda estrangeira						
Dólares norte-americano	6.727	100	6.159	100	22.358	100
Moeda nacional						
IGP-M	3.117	0,65	14.053	3,55	22.531	4,75
TJLP	206.248	43,14	107.130	27,09	189.287	39,90
RGR	-	-	88.211	22,31	99.141	20,90
TR	77	0,02	366	0,09	626	0,13
R\$ Fixo	268.629	56,19	185.696	46,96	162.847	34,32
Total moeda nacional	478.071	100	395.456	100	474.432	100
Total	484.798	-	401.615	-	496.790	-

Os saldos de financiamentos em moeda estrangeira captados pela Companhia, referem-se aos contratos de DMLP - Dívida de Médio e Longo Prazo, contratado com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro. Embora sua exposição cambial não seja anulada por instrumentos de *hedge*, o percentual desprotegido está dentro do limite estipulado está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da Companhia, representando apenas 1,54% da dívida total, na posição de 31 de dezembro de 2013.

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas (Valores em R\$ mil):

	31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
2ª Emissão									
1ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Série	-	-	-	4.175	62.214	62.214	5.985	58.937	117.875
3ª Emissão									
1ª Série	2.219	-	104.000	1.679	-	104.000	2.517	-	104.000
2ª Série	4.698	-	334.764	4.353	-	316.280	4.124	-	299.580
(-) Custo de transação	-	-652	-924	-	-1.069	-1.848	-	-1.423	-2.918
Total sem efeito de swap	6.917	-652	437.840	10.207	61.145	480.645	12.626	57.514	518.537
Resultado das operações de swap	-	-229	-6.463	-	187	450	-	-	-
Total de debentures	6.917	-881	431.377	10.207	61.332	481.095	12.626	57.514	518.537

Características das emissões:

Características	2ª Emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento final	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,95%aa	7,5%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Parcela única	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2011	2012, 2013 e 2014
Características	3ª Emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente, a mesma foi liquidada na data 25/09/2013.

3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Obrigações especiais financeiras	Índice
Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

Curva de amortização do longo prazo das debêntures;

Curva de Amortizações	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª Emissão						
2ª série	-	-	-	-	-	-
3ª Emissão						
1ª série	-	52.000	52.000	-	-	104.000
2ª série	-	-	111.578	111.578	111.608	334.764
(-) Custo de transação	-	-376	-357	-191	-	-924
Total a amortizar	-	51.624	163.221	111.387	111.608	437.840

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com BNDES, BANCO DO NORDESTE e BANCO DO BRASIL. Além disso, a Companhia ainda dispõe de limites previamente aprovados para realização de novas operações de financiamento de longo prazo para realização de seus investimentos com BNDES e BANCO DO NORDESTE. A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros (Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 2,5; EBITDA ÷ Despesa Financeira Líquida ≥ 2,75 – para as debêntures; e Endividamento Financeiro Líquido ÷ LAJIDA ≤ 3,5; Endividamento Financeiro Líquido ÷ (Endividamento Financeiro Líquido + PL) ≤ 0,6 – para o Contrato de Repasse BNDES). Pelos contratos de financiamento de Repasse BNDES, BNB e Eletrobrás, há restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default contratual.

Nos contratos de Repasse BNDES e BNB, há outorga de anuência prévia ao credor para realização de mudança do controle acionário da companhia.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da companhia

Os contratos relativos à maior parte das dívidas de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Instituição Financiadora	Linha Crédito	Nº Contrato	Valor Total Financiamento	Valor já Recebido	Saldo Disponível	Prazo de Utilização
Eletrobrás	Luz para Todos	ECFS - 310/2010	R\$ 23.091.310,00	R\$ 15.810.433,23	R\$ 15.810.433,23	Mar/2013

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2013		Exercício social findo em 31/12/2012		Exercício social findo em 31/12/2011		Var. % 2013 x 2012	Var. % 2012 x 2011
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
	Receita Operacional	3.729.859	100,00%	4.027.128	100,00%	3.693.817		
Fornecimento de energia elétrica	3.032.634	81,31%	3.347.818	83,13%	3.149.033	85,30%	-9,41%	6,30%
Subvenção baixa renda	315.071	8,45%	257.554	6,40%	188.281	5,10%	22,33%	36,80%
Suprimento de energia elétrica	1.891	0,05%	79.926	2,00%	13.125	0,40%	-97,63%	N/A
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	81.951	2,20%	118.555	2,90%	131.681	3,60%	-30,88%	-10,00%
Receita operacional IFRIC - 12	253.841	6,81%	169.089	4,20%	170.504	4,60%	50,12%	-0,80%
Outras Receitas	44.471	1,19%	54.186	1,30%	41.193	1,10%	-17,93%	31,50%
Deduções da Receita	-880.116	-23,60%	1.133.408	-28,10%	1.066.605	-28,90%	-22,35%	6,30%
ICMS	-722.153	-19,36%	-785.912	-19,50%	-719.779	-19,50%	-8,11%	9,20%
COFINS	-101.736	-2,73%	-144.328	-3,60%	-140.547	-3,80%	-29,51%	2,70%
PIS	-23.267	-0,62%	-31.261	-0,80%	-29.689	-0,80%	-25,57%	5,30%
Quota reserva global de reversão - RGR	6.667	0,18%	-43.056	-1,10%	-33.480	-0,90%	-115,48%	28,60%
Conta de consumo de combust. Fósseis - CCC	-5.012	-0,13%	-76.723	-1,90%	-105.734	-2,90%	-93,47%	-27,40%
Programa de eficiência energética e P&D	-26.904	-0,72%	-22.628	-0,60%	-9.627	-0,30%	18,90%	135,00%
Encargo de capacidade/Aquisição emergencial/Outros	-7.711	-0,21%	-29.500	-0,70%	-27.749	-0,80%	-73,86%	6,30%
Receita Operacional Líquida	2.849.743	76,40%	2.893.720	71,90%	2.627.212	71,10%	-1,52%	10,10%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-2.600.696	-69,73%	2.351.164	-58,40%	2.005.869	-54,30%	10,61%	17,20%

Custos e despesas não gerenciáveis	-1.688.761	-45,28%	1.613.865	-40,10%	1.321.675	-35,80%	4,64%	22,10%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.627.710	-43,64%	1.449.691	-36,00%	1.197.409	-32,40%	12,28%	21,10%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-4.770	-0,13%	-4.561	-0,10%	-4.594	-0,10%	4,58%	-0,70%
Encargo do Uso da Rede Elétrica/Serviço do Sistema	-56.281	-1,51%	-159.613	-4,00%	-119.672	-3,20%	-64,74%	33,40%
Custos e despesas gerenciáveis	-911.935	-24,45%	-737.299	-18,30%	-684.194	-18,50%	23,69%	7,80%
Pessoal	-141.853	-3,80%	-143.927	-3,60%	-114.754	-3,10%	-1,44%	25,40%
Material e Serviços de Terceiros	-244.426	-6,55%	-230.507	-5,70%	-209.525	-5,70%	6,04%	10,00%
Depreciação e Amortização	-152.904	-4,10%	-114.567	-2,80%	-133.520	-3,60%	33,46%	-14,20%
Custos de Desativação de Bens	-45.682	-1,22%	-17.687	-0,40%	-15.362	-0,40%	158,28%	15,10%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-33.088	-0,89%	-21.717	-0,50%	-11.844	-0,30%	52,36%	83,40%
Provisões para Contingências	-3.359	-0,09%	-10.610	-0,30%	-6.509	-0,20%	-68,34%	63,00%
Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)	-253.841	-6,81%	-169.089	-4,20%	-170.504	-4,60%	50,12%	-0,80%
Outras Despesas Operacionais	-36.782	-0,99%	-29.195	-0,70%	-22.176	-0,60%	25,99%	31,70%
EBITDA	401.951	10,78%	657.123	16,30%	754.863	20,40%	-38,83%	-12,90%
Resultado do Serviço	249.047	6,68%	542.556	13,50%	621.343	16,80%	-54,10%	-12,70%
Resultado Financeiro	-82.805	-2,22%	58.070	1,40%	-44.567	-1,20%	-1,20%	-230,30%
Receita Financeira	98.026	2,63%	274.322	6,80%	89.898	2,40%	-64,27%	205,10%
Renda de Aplicações Financeiras	22.749	0,61%	36.696	0,90%	22.108	0,60%	-38,01%	66,00%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	37.976	1,02%	41.809	1,00%	38.145	1,00%	-9,17%	9,60%
Receita ativo indenizável	22.000	0,59%	180.107	4,50%	8.610	0,20%	-87,79%	N/A
Outras	15.301	0,41%	15.710	0,40%	21.035	0,60%	-2,60%	-25,30%
Despesa Financeira	-180.831	-4,85%	-216.252	-5,40%	-134.465	-3,60%	-16,38%	60,80%
Encargo de Dívidas	-69.432	-1,86%	-78.597	-2,00%	-72.967	-2,00%	-11,66%	7,70%
Variações Monetárias	-25.547	-0,68%	-27.208	-0,70%	-23.998	-0,60%	-6,10%	13,40%
IOF e IOC	-813	-0,02%	-370	0,00%	-3.469	-0,10%	119,73%	-89,30%
Multas (ARCE, ANEEL e outras)	-8.087	-0,22%	-52.383	-1,30%	-	0,00%	-84,56%	N/A
Outras	-76.952	-2,06%	-57.694	-1,40%	-34.031	-0,90%	33,38%	69,50%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	166.242	4,46%	600.626	14,90%	576.776	15,60%	-72,32%	4,10%
Tributos e Outros	-9.686	-0,26%	-180.626	-4,50%	-105.594	-2,90%	-94,64%	71,10%
IR e CSLL	-60.597	-1,62%	-203.762	-5,10%	-171.923	-4,70%	-70,26%	18,50%
Incentivo fiscal SUDENE	60.520	1,62%	33.636	0,80%	77.803	2,10%	79,93%	-56,80%
Benefício fiscal - ágio incorporado	-9.609	-0,26%	-10.500	-0,30%	-11.474	-0,30%	-8,49%	-8,50%
Lucro Líquido do Período	156.556	4,20%	420.000	10,40%	471.182	12,80%	-62,72%	-10,90%

Comparativo do Resultado de 2013 x 2012

A Coelce encerrou o ano de 2013 com 3.500.155 unidades consumidoras ("consumidores"), 4,9% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2012. Esse crescimento representa um acréscimo de 161.992 novos consumidores à base comercial da Companhia no ano de 2013. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e rural, com mais 113.952 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Juntos, esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 130 milhões em 2013.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2013 com 3.188.268 consumidores, um incremento de 3,9% em relação ao ano de 2012. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2013 com 68 clientes livres, um acréscimo de 25 novos clientes em relação ao número registrado no fechamento de 2012.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2013 foi de 10.732 GWh, o que representa um incremento de 9,3% (+914 GWh) em relação ao ano de 2012, cujo volume foi de 9.818 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 8,5% (+733 GWh) em 2013 com relação a 2012 (9.398 GWh versus 8.665 GWh), impulsionado ainda por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante em 2013, de 1.334 GWh, foi 15,7% superior ao registrado em 2012 (+181 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, em 2013, R\$ 3.730 milhões, uma redução de 7,4% em relação ao ano de 2012, de R\$ 4.027 milhões (-R\$ 297 milhões). Essa redução é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Fornecimento de Energia Elétrica (Mercado Cativo) (redução de 7,1%; -R\$ 257 milhões):** Esta redução está associada, principalmente à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Coelce e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média e à (ii) devolução de parte da receita extraordinária obtida pela Companhia entre abril de 2011 e março de 2012, em função da não aplicação do resultado do 3º ciclo de revisão tarifária da Coelce em abril de 2011, fato ocasionado pela não conclusão das discussões em torno da metodologia definitiva. A devolução será efetuada, via tarifa, em duas parcelas, nos reajustes de 2013 e de 2014. Para o reajuste de 2013, a devolução da primeira parte da receita extraordinária correspondeu a um componente financeiro de -5,6%. Estes efeitos foram compensados, parcialmente, pelos seguintes fatores: (iii) efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2013, aplicado a partir de 22 de abril de 2013, que incrementou as tarifas da Coelce em 3,92% em média e (iv) aumento de 8,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.398 GWh em 2013 versus 8.665 GWh em 2012). Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. No ano de 2013, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R\$ 123 milhões.
- **Suprimento de Energia Elétrica (redução de 97,6%; -R\$ 78 milhões):** Em função do cenário de déficit contratual involuntário (subcontratação) para as distribuidoras do país, reflexo da alocação não integral de cotas de energia em função das geradoras que não aderiram à renovação das concessões pela Lei 12.783/13, a Coelce praticamente não apresentou, para o ano de 2013 (com exceção do mês de junho), receita relacionada à liquidação de sobras de energia no mercado de curto prazo.
- **Receita pela disponibilidade da rede elétrica (redução de 30,9%; -R\$ 37 milhões):** A redução verificada deve-se, principalmente, à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu a TUSD dos consumidores livres da Coelce em 39% em média e pelo (ii) Reajuste Tarifário Anual de 2013, aplicado a partir de 22 de abril de 2013, que reduziu a TUSD dos consumidores livres da Coelce em 28% em média. Este efeito foi parcialmente compensado pelo (iii) aumento de 15,7% no volume de energia transportada para os clientes livres (1.334 GWh em 2013 versus 1.153 GWh em 2012).
- **Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2013, alcançou o montante de R\$ 3.476 milhões, o que representa uma redução de 9,9% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.858 milhões (-R\$ 382 milhões).**

*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

As deduções da receita apresentaram redução de 22,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 880 milhões em 2013, contra -R\$ 1.133 milhões no ano de 2012 (+R\$ 253 milhões). Essa redução é o efeito das seguintes variações:

- **Tributos ICMS/COFINS/PIS (redução de 11,9%; +R\$ 114 milhões):** Esta variação reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos (atrelada à receita da Companhia), em função dos efeitos anteriormente expostos, na

seção Receita Operacional Bruta. O percentual destes tributos sobre a base de cálculo continua em linha com percentual de 2012 (24%).

- *Encargos setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (redução de 80,8%; +R\$ 139 milhões):* A redução mencionada se deve, principalmente, aos seguintes fatores: (i) extinção do encargo Reserva Global de Reversão – RGR, (ii) extinção do encargo Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e (iii) a redução de 75% no encargo Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, todos estes fatores em função da Lei 12.783/13. Destaca-se, ainda, o lançamento de R\$ 6,7 milhões na conta da RGR no 2T13. Este valor refere-se à reversão do saldo provisionado (passivo) até dezembro de 2012, em função da extinção do referido encargo pela mesma referida Lei.

Os custos e despesas operacionais em 2013 alcançaram -R\$ 2.601 milhões, um incremento de 10,6% em relação ao ano de 2012, de -R\$ 2.351 milhões (-R\$ 250 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

- *Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de 12,3%; -R\$ 178 milhões):* O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores: (i) incremento de 8,5% no volume de energia comprada (CCEARs, Bilaterais e Mercado de Curto Prazo) entre 2013 e 2012, (ii) reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs), (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada, (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais, (v) maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontração involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e por projetos térmicos postergados ou cancelados, e (vi) repasse do risco hidrológico das geradoras com concessões renovadas pela Lei 12.783/13 para o consumidor final. Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela redução das tarifas de compras de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/13 e os itens (v) e (vi), especialmente, foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945/13. A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 69 milhões no ano de 2013.
- *Encargo do Uso da Rede Elétrica e Encargo do Sistema (ESS) (redução de 64,7%; +R\$ 103 milhões):* Esta variação decorre da (i) redução do encargo de uso da rede elétrica, tendo em vista a renovação das concessões de transmissão pela Lei 12.783/13, que promoveu uma significativa redução no custo de transmissão para as distribuidoras. Esta redução foi parcialmente compensada por um (ii) incremento no encargo de serviço do sistema (ESS), em função do maior despacho pelo ONS de usinas térmicas fora da ordem de mérito no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais. O item (ii) foi compensado pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945/13. A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 79 milhões no ano de 2013. Em 2013, adicionalmente, foram registrados, na rubrica de encargos de serviço do sistema (ESS), os repasses, via CDE, de CVAs passadas, que seriam recuperadas via tarifa, no montante de R\$ 32 milhões (sendo todo este valor registrado no 1T13).
- *Custos de Desativação de Bens (aumento de 158,3%; -R\$ 28 milhões):* O aumento observado deve-se, principalmente, a dois efeitos extraordinários registrados no 3T13: (i) ajuste de R\$ 33 milhões para adequação dos saldos contábeis dos ativos da Companhia aos seus respectivos montantes físicos em campo e (ii) constituição de provisão no valor de R\$ 13 milhões para baixa de bens com Valor Novo de Reposição (VNR) igual a zero.
- *Depreciação e Amortização (aumento de 33,5% -R\$ 38 milhões):* O acréscimo observado deve-se, principalmente, às mudanças introduzidas pela aplicação da Resolução ANEEL nº 474/2009, que modificou a estimativa de vida útil dos ativos de distribuição, ocasionando redução das taxas de depreciação. Desde dezembro de 2012, o diferencial de depreciação entre as taxas novas e antigas era calculado com base em uma estimativa fixa. Em setembro 2013, as novas taxas foram imputadas a cada ativo individualmente e foi recalculado o diferencial correto do valor da depreciação de janeiro de 2013 à setembro de 2013. Este evento gerou um ajuste na despesa de depreciação na ordem de R\$ 19 milhões.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12 e o efeito da depreciação e amortização, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2013, alcançaram o montante de -R\$ 505 milhões, o que representa um incremento de 11,3% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 454 milhões (-R\$ 51 milhões). Excluindo-se os efeitos não recorrentes mencionados no item Custos de Desativação de Bens (R\$ 46 milhões em 2013), o incremento seria de 1,2%, percentual abaixo da inflação registrada no período, medida pelo IPCA, de 5,91%. Este resultado é consistente com a gestão eficaz de custos operacionais da Companhia e com a execução eficiente de suas operações em campo.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Coelce no ano de 2013, atingiu o montante de R\$ 402 milhões, o que representa uma redução de 38,8% em relação ao ano de 2012, cujo montante foi de R\$ 657 milhões (-R\$ 255 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2013 foi de 14,10%, o que representa uma redução de 8,67 p.p. em relação a 2012, de 22,71%. Excluindo-se os efeitos não recorrentes mencionados no item Custos de Desativação de Bens (R\$ 46 milhões em 2013), a redução do EBITDA seria de 31,8%.

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2013, ficou em -R\$ 83 milhões, uma redução de R\$ 141 milhões em relação ao ano anterior, de R\$ 58 milhões. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

- *Receita do Ativo Indenizável (redução de 87,8%; -R\$ 158 milhões):* A redução observada se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 180 milhões no ano de 2012, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição – VNR, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.
- *Multas (ARCE, ANEEL, outras) (redução de 58,8%; +R\$ 26 milhões):* A redução observada reflete: (i) multas recebidas em 2012, de aproximadamente R\$ 52 milhões, sendo R\$ 31 milhões de multas diversas aplicadas pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), R\$ 6,8 decorre de multa de auto de infração de ICMS e R\$ 11,2 milhões refere-se à provisão de auto de infração emitido pela ANEEL (não conformidades em processos detectados durante revisão tarifária). As multas aplicadas pela ARCE são decorrentes de autos de infrações recebidos pela Coelce oriundos de ações fiscalizadoras, como por exemplo, em relação à medição dos indicadores de qualidade do fornecimento e ao cumprimento das metas dos programas de universalização e Luz para Todos na área de concessão da Companhia. Esses autos estão em fase de defesa pela Companhia.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2013 um lucro líquido de R\$ 157 milhões, valor 62,7% inferior ao registrado no ano de 2012, que foi de R\$ 420 milhões (-R\$ 259 milhões). A Margem Líquida em 2013 alcançou 5,49%. Excluindo-se os efeitos não recorrentes mencionados na rubrica Custos de Desativação de Bens (R\$ 46 milhões em 2013) e na rubrica Receita do Ativo Indenizável (R\$ 180 milhões em 2012), a redução do Lucro Líquido seria de 22,5%.

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2013 em R\$ 935 milhões, uma redução de 3,8% em relação a 2012, que foi de R\$ 972 milhões (-R\$ 37 milhões). Esta redução deve-se, basicamente, à liquidação da 2ª série da 2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 130 milhões (sendo R\$ 67 milhões realizados através de evento de resgate antecipado total), à amortização de financiamentos de R\$ 125 milhões; compensados, em parte, por captações de dívidas com o BNDES no valor de R\$ 150 milhões para financiar investimentos da companhia.

A operação de pré-pagamento das debêntures teve como objetivo a redução dos custos financeiros para a companhia, uma vez que os custos das debêntures estavam acima do custo médio de captação de dívida e das taxas praticadas no mercado no período. A Coelce encerrou 2013 com o custo da dívida médio de 9,81% a.a., ou CDI + 1,73% a.a.

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do *rating* corporativo da Companhia de brAA+ para brAAA (com perspectiva estável), refletindo a solidez creditícia atual e futura da Coelce. De acordo com a S&P, a elevação do *rating* da Coelce, deve-se principalmente a um sólido desempenho operacional e a uma política financeira prudente, o que permitiu apresentar métricas de crédito moderadas e liquidez adequada, apesar do cenário desafiador pelo qual as companhias de distribuição enfrentaram, particularmente no primeiro trimestre de 2013.

Os investimentos realizados pela Coelce em 2013 alcançaram R\$ 293 milhões, um acréscimo de 18,7% (+R\$ 46 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 247 milhões. Este incremento se deve em grande parte do aumento de aproximadamente R\$ 31 milhões em: i) projetos de ICT, devido à licença de software, sistemas comerciais e técnicos, SAP e RH, telecomunicações, além de compra de equipamentos (R\$11 milhões); ii) maior realização de obras do governo do Estado, principalmente em função da Copa do Mundo (R\$ 5 milhões) e iii) LDAT Aquiraz II – Cascavel, LT Aquiraz II - Eusébio (R\$ 8 milhões). O maior volume de investimentos, em 2013, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R\$ 92 milhões de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 258 milhões em 2013, montante 40,9% superior ao realizado em 2012, que foi de R\$ 183 milhões.

Comparativo do Resultado de 2012 x 2011

A Coelce encerrou o ano de 2012 com 3.338.163 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,5% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2011. Esse crescimento representa um acréscimo de 113.785 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e rural, com mais 94.926 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Juntos, esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 108 milhões em 2012.

A Companhia fechou 2012 com 43 clientes livres, um acréscimo de 7 novos clientes, que representa um incremento de 19,4% em relação ao número registrado no fechamento de 2011.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2012 foi de 9.818 GWh, o que representa um incremento de 10,0% (+891 GWh) em relação ao ano de 2011, cujo volume foi de 8.927 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 9,2% (+727 GWh) em 2012 com relação a 2011 (8.665 GWh versus 7.938 GWh), impulsionado ainda por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante em 2012, de 1.153 GWh, foi 16,6% superior ao registrado em 2011 (+164 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, em 2012, R\$ 4.027 milhões, um incremento de 9,0% em relação ao ano de 2011, de R\$ 3.694 milhões (+R\$ 333 milhões). Esse incremento é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Fornecimento de Energia Elétrica - Fornecimento faturado e não faturado (+R\$ 199 milhões):** Este incremento está associado ao aumento do volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia de, 9,2%, o qual foi parcialmente compensado pela aplicação do efeito combinado da revisão e do reajuste tarifário negativo em 6,76%, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.
- **Subsídio Baixa Renda (+R\$ 69 milhões):** O incremento é o reflexo, basicamente, da contabilização de R\$ 39 milhões em abril de 2012, tendo em vista à modificação da forma de custeio da tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL 472/12, a qual determinou que o subsídio passasse a ser custeado integralmente por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- **Suprimento de Energia Elétrica (+R\$ 67 milhões):** O incremento observado está associado, principalmente, a uma expressiva elevação no preço médio da energia no mercado de curto prazo (spot) de R\$ 29,36 em 2011 para R\$ 161,13 em 2012, sendo que, no período de agosto a dezembro de 2012, onde a Coelce realizou o maior montante de venda no curto prazo, o preço médio foi de R\$ 245,20.
- **Excluindo-se o efeito da receita de custo de construção - IFRIC 12*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R\$ 3.858 milhões, o que representa um incremento de 9,5% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.523 milhões (+R\$ 335 milhões).**

*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

As deduções da receita apresentaram incremento de 6,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.113 milhões em 2012, contra -R\$ 1.067 milhões no ano de 2011 (-R\$ 66 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

- **ICMS (-R\$ 66 milhões):** Esta variação reflete o crescimento da base de cálculo para apuração deste tributo. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2011.
- **Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC (+R\$ 29 milhões):** A quota média mensal do encargo CCC vigente em 2011 era de R\$ 9,0 milhões. Em 2012, através da Resolução ANEEL 1.291 de 15 de maio de 2012, este encargo foi reduzido para uma média de R\$ 6,1 milhões mensais..
- **Programa de Eficiência Energética e P&D (-R\$ 13 milhões):** A variação observada é decorrente do ajuste positivo efetuado no valor de R\$ 13 milhões em dezembro de 2011, tendo em vista a exclusão do subsídio baixa renda da base de cálculo de apuração dos valores a serem creditados ao programa de eficiência energética.

Os custos e despesas operacionais em 2012 alcançaram -R\$ 2.351 milhões, um incremento de 17,2% em relação ao ano de 2011, de -R\$ 2.006 milhões (-R\$ 345 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- **Energia Elétrica comprada para revenda (-R\$ 253 milhões):** Este acréscimo deve-se ao incremento de 5,6% no volume de energia comprada (+555 GWh), ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, fatores ainda impulsionados por uma maior tarifa média (mix) de compra de energia pela entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada.
- **Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (-R\$ 40 milhões):** Este aumento decorre do reajuste contratual aplicado nos contratos de transmissão autorizado pela Resolução Homologatória nº 1.173, que reajustou as Receitas Anuais Permitidas das Transmissoras (RAP's) em média 4,5%, associado, ainda, ao incremento do volume de energia transportada sobre quais incidem os encargos e, também, ao maior despacho pelo ONS de usinas térmicas no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais.
- **Pessoal (-R\$ 29 milhões):** o acréscimo verificado decorre basicamente da aplicação do reajuste salarial anual em média 7% e às despesas do Plano de Aposentadoria Espontânea realizado em 2012.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Coelce no ano de 2012, atingiu o montante de R\$ 657 milhões, o que representa uma redução de 12,9% em relação ao ano de 2011, cujo montante foi de R\$ 755 milhões (-R\$ 98 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2012 foi de 22,71%, o que representa uma redução de 6,02 p.p. em relação a 2011, de 28,73%.

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2012, ficou em R\$ 58 milhões, uma evolução de R\$ 103 milhões em relação ao ano anterior, de -R\$ 45 milhões. Esse incremento é explicado basicamente pelos seguintes fatores:

- **Receita do Ativo Indenizável (+R\$ 172 milhões):** O incremento observado se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 180 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição - VNR, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.
- **Multas (ARCE, ANEEL e outras) (-R\$ 52 milhões):** As variações são reflexo dos seguintes itens: (i) multas recebidas em 2012, de aproximadamente R\$ 52 milhões, sendo R\$ 31 milhões de multas diversas da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), R\$ 6,8 decorre de multa de auto de infração de ICMS e R\$ 11,2 milhões refere-se a provisão de auto de infração emitido pela ANEEL (não-conformidade em processos detectados durante revisão tarifária).
- **Outras Despesas Financeiras (-R\$ 24 milhões):** As variações na rubrica de outras despesas financeiras são decorrentes basicamente de i) atualização financeira de passivo (diferimento de pagamento de compra de energia) no montante de R\$ 16 milhões e ii) atualização financeira de processos regulatórios no valor de R\$ 3,1 milhões.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2012 um lucro líquido de R\$ 420 milhões, valor 10,9% inferior ao registrado no ano de 2011, que foi de R\$ 471 milhões (-R\$ 51 milhões).

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2012 em R\$ 972 milhões, uma redução de 13,5% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 1.124 milhões (-R\$ 152 milhões). Esta redução está basicamente associada à amortização da 1ª parcela da 2ª tranche da 2ª emissão de debêntures da Companhia em julho de 2012, no montante de R\$ 60 milhões, e pela amortização dos empréstimos da companhia com o BNDES, que totalizou R\$ 77 milhões. A Coelce encerrou 2012 com o custo da dívida médio em 10,86% a.a., ou CDI +2,44% a.a., custo este que reflete a composição do portfólio de empréstimos da Companhia, onde 39% são empréstimos firmados com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, oferecendo taxas abaixo da média praticada pelo mercado privado.

Os investimentos realizados pela Coelce em 2012 alcançaram R\$ 247 milhões, um decréscimo de 17,1% (-R\$ 51 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 298 milhões. Esta redução está associada, basicamente, ao menor número de clientes conectados através do Programa Luz para Todos (PLPT) em 2012. Em 2012, foram conectados um total de 4,2 mil clientes, contra 15,4 mil no ano anterior.

Comparativo do Resultado de 2011 x 2010

Coelce encerrou o ano de 2011 com 3.224.378 unidades consumidoras (“consumidores”), 4,2% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2010. Esse crescimento representa um acréscimo de 129.778 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e rural, com mais 104.879 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Juntos, esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 181 milhões em 2011.

A Companhia fechou 2011 com 37 clientes livres, um acréscimo de 18 novos clientes, que representa um incremento de 94,7% em relação ao número registrado no fechamento de 2010.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2011 foi de 8.909 GWh, o que representa um incremento de 1,1% (+94 GWh) em relação ao ano de 2010, cujo volume foi de 8.815 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) uma redução observada no mercado cativo da Companhia de 1,8% (-146 GWh) em 2011 em relação a 2010 (7.938 GWh versus 8.084 GWh), compensada por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2011, de 971 GWh, 32,8% superior ao registrado em 2010 (+240 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, em 2011, R\$ 3.694 milhões, uma redução de 5,5% em relação ao ano de 2010, de R\$ 3.911 milhões (-R\$ 217 milhões). Essa redução é o efeito líquido dos seguintes fatores:

- *Subsídio Baixa Renda*: Esta redução reflete as alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Observa-se uma migração de aproximadamente 580 mil consumidores da classe residencial baixa renda para a classe residencial convencional quando comparamos 2011 com o ano anterior, consumidores estes que deixaram de usufruir do benefício da Tarifa Social e com conseqüente redução do subsídio recebido pela Companhia.

- *Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2011, alcançou o montante de R\$ 3.523 milhões, o que representa um incremento de 1,2% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.483 milhões (+R\$ 40 milhões).

As deduções da receita apresentaram incremento de 0,5% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.067 milhões em 2011, contra -R\$ 1.061 milhões no ano de 2010 (-R\$ 6 milhões). A explicação desta variação reflete variação verificadas nas condições dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, sendo a redução observada decorrente do ajuste positivo efetuado no valor de R\$ 13 milhões em dezembro de 2011, tendo em vista a exclusão do subsídio baixa renda da base de cálculo de apuração dos valores a serem creditados ao programa de eficiência energética.

Os custos e despesas operacionais em 2011 alcançaram -R\$ 2.006 milhões, uma redução de 8,3% em relação ao ano de 2010, de -R\$ 2.187 milhões (+R\$ 181 milhões). Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2011, alcançaram o montante de -R\$ 514 milhões, o que representa um incremento de 0,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 510 milhões (-R\$ 4 milhões).

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Coelce no ano de 2011, atingiu o montante de R\$ 755 milhões, o que representa uma redução de 6,5% em relação ao ano de 2010, cujo montante foi de R\$ 807 milhões (-R\$ 52 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2011 foi de 28,8%, o que representa uma evolução de 0,41 p.p. em relação a 2010, de 28,3%.

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2011, ficou em -R\$ 45 milhões, uma evolução de 46,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 83 milhões (+R\$ 38 milhões).

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2011 um lucro líquido de R\$ 471 milhões, valor 0,2% inferior ao registrado no ano de 2010, que foi de R\$ 472 milhões (-R\$ 1 milhão). Desta forma, a Margem Líquida em 2011 alcançou 17,9%.

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2011 em R\$ 1.124 milhões, um incremento de 27,6% em relação ao ano de 2010, que foi de R\$ 881 milhões (+R\$ 243 milhões). Este incremento está basicamente associado à 3ª emissão de debêntures da Companhia em novembro de 2011, no montante de R\$ 400 milhões, sendo este efeito compensado parcialmente por amortizações ocorridas no período. A Coelce encerrou 2011 com o custo da dívida médio em 10,58% a.a., ou CDI - 0,75% a.a., custo este que reflete a composição do portfólio de empréstimos da Companhia, onde 39% são empréstimos firmados com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, oferecendo taxas abaixo da média praticada pelo mercado privado.

Os investimentos realizados pela Coelce em 2011 alcançaram R\$ 298 milhões, um decréscimo de 33,1% (-R\$ 148 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 446 milhões. O maior volume, em 2011, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R\$ 95 milhões de todo o valor investido no período mencionado.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita da Companhia é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão, somando R\$3.730 milhões em 2013. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). O consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Coelce e regulados pela Aneel. Tais mecanismos prevêem revisões tarifárias a cada quatro anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ainda, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Medida Provisória (MP) 579 e Lei 12.783/13

Com o objetivo de reduzir as tarifas de energia aos consumidores finais e definir as regras para a renovação das concessões dos agentes do setor elétrico brasileiro, o Governo Federal editou, em setembro de 2012, a Medida Provisória 579, que posteriormente foi transformada na Lei 12.783/13, em janeiro de 2013.

Como consequência da referida Lei, o Governo promoveu uma redução estrutural de 20%, em média, nas tarifas de energia das distribuidoras, através das seguintes decisões:

- Definição de novas condições para a renovação dos contratos de concessão de geração e transmissão, em que:
 - Os ativos não depreciados foram indenizados (valorados pelo Valor Novo de Reposição – VNR) e para o próximo período de concessão somente receberão tarifa regulada de O&M (Operação e Manutenção);
 - Redistribuição de toda energia dos geradores que renovaram através das cotas de energia para distribuidoras;
 - Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa.
- Eliminação ou redução de determinados encargos setoriais;

- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto via CDE.

As novas tarifas passaram a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013 e, tendo em vista que as reduções das tarifas vieram acompanhadas de reduções proporcionais em encargos setoriais e nos custos de compra de energia e nos custos de transmissão, esta redução apresentou impacto neutro das margens da Companhia e no seu EBITDA.

Decreto 7.945/13

Com o objetivo de auxiliar as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, o Governo Federal editou o Decreto 7.945/13 em março de 2013, que prevê o repasse, a estas companhias, de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Este auxílio se fez necessário devido aos elevados custos com os quais as distribuidoras incorreram desde finais de 2012, em função dos seguintes fatores:

- Descontratação involuntária causada pela não adesão à renovação das concessões por alguns agentes de geração e consequente exposição ao mercado de curto prazo;
- Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa;
- Despacho de usinas termoeletricas fora da ordem de mérito para garantir a segurança energética do sistema nacional.

Todos estes fatores, de acordo com a metodologia vigente de revisões e reajustes tarifários, seriam repassados ao consumidor final, no momento da revisão ou do reajuste tarifário do ano subsequente. No entanto, tendo em vista os elevados custos incorridos, o Governo Federal decidiu lançar mão desta medida para evitar restrições de liquidez e situações de pressão no caixa das distribuidoras..

Reajuste Tarifário Anual de 2013

O Reajuste Tarifário da Coelce de 2013, com vigência a partir do dia 22 de março de 2013, estabeleceu um incremento nas tarifas de 3,44%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia foi um incremento de 3,92%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

O Contrato de Concessão nº 01/98, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelce, define a data de 22/04/2011 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

Devido à extensão das discussões relativas às metodologias para o 3CRTP, não houve tempo hábil para se proceder com a revisão tarifária da Coelce na data definida no Contrato de Concessão. De acordo com a disciplina definida pela Resolução 433/2011, que veio a ser substituída pela Resolução 471/2011, as tarifas vigentes em 22/04/2011 foram prorrogadas, não tendo o consumidor percebido qualquer movimentação tarifária naquela oportunidade.

Embora processada em atraso, a revisão tarifária da Coelce tem vigência desde a data prevista no Contrato de Concessão, de 22/04/2011. Com o objetivo de tornar neutro para distribuidora e consumidores a postergação da revisão tarifária, foi apurado um componente financeiro a partir da diferença entre as tarifas prorrogadas (que foram aplicadas) e aquelas definidas na revisão tarifária (que deveriam ter sido aplicadas), aplicadas sobre o mercado de referência dos próximos reajustes tarifários (2013 e 2014).

Em 18 de janeiro de 2012 foi concedida Liminar Judicial à ABRADÉE cuja decisão obriga a ANEEL a deixar de considerar, em prol da modicidade tarifária, a redução da WACC a ser aplicada sobre a base de remuneração, em decorrência do benefício fiscal auferido pelas distribuidoras que atuam nas regiões Norte e Nordeste. O mencionado benefício fiscal assegura a estas distribuidoras o direito de recolher somente 15,25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), enquanto as distribuidoras que atuam nas demais regiões do País pagam 34%.

Com a concessão desta Liminar, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Coelce em razão da revisão tarifária era de -10,89%. No entanto, no dia 10 de abril de 2012, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ari Pargendler suspendeu a referida Decisão Liminar. A partir dessa decisão, a ANEEL volta a definir o WACC conforme metodologia aprovada pela Diretoria, o que significa dizer que os consumidores da Coelce teriam uma redução tarifária maior. Consequentemente, no dia 17 de abril de 2012, a ANEEL aprovou de maneira definitiva o resultado da 3RTP da

Coelce. Aplicando-se a metodologia aprovada pela ANEEL, o efeito médio para o consumidor, que era de -10,89%, passa a ser de -12,20%, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.

No dia 1 de junho de 2012, a liminar judicial voltou a vigorar por decisão do presidente do STF e, em 26 de junho de 2012, a ANEEL aprovou o novo valor do 3º ciclo de revisão tarifária periódica da Coelce, passando de -12,20% para -10,89%, com aplicação imediata.

Reajuste Tarifário Anual de 2012

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL por ocasião da revisão tarifária periódica. Sua função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária.

No dia 17 de abril de 2012 a ANEEL aprovou o índice de reajuste tarifário anual médio de 5,21%, a ser aplicado às tarifas da Companhia. O valor combinado oriundo da aplicação destes dois mecanismos tarifários (revisão e reajuste) foi um efeito médio de -7,61% nas tarifas da Coelce, a partir do dia 22 de abril de 2012.

Este resultado refletia a queda da liminar judicial que impedia a ANEEL de capturar o benefício fiscal da SUDENE via WACC regulatória. No entanto, após a decisão do presidente do STF e da aprovação pela ANEEL do valor da revisão tarifária, em 26 de junho de 2012, o efeito médio do novo valor da revisão e do reajuste tarifário passa de -7,61% para o valor definitivo -6,76%, até que a causa judicial tenha o seu mérito julgado.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Coelce é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional**
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável

10.4. Os diretores devem comentar:

- a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

2013

Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os

divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM, exceto no que diz respeito aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que foram reapresentados, conforme disposto na Nota Explicativa 4 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia classificou como caixa e equivalentes de caixa os saldos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. Os equivalentes de caixa possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa ("CPC 03") e foram designados desta maneira na preparação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia efetuou uma revisão adicional dos procedimentos adotados na qualificação de determinadas aplicações financeiras como equivalentes de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e concluiu que a classificação de investimentos registrados como caixa e equivalentes de caixa, corroborada por seus auditores independentes, que, como consequência, emitiram parecer sem ressalva, estava desalinhada com as características de tais investimentos sob a luz das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18")*: A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- *CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45")*: O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- *CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36")*: A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- *CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46")*: O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- *CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")*: A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

• *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros*: O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

• *IFRIC 21 – Tributos*: O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

• *Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros*: As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• *Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos*: Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• *Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge*: As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2012

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, estando em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), os quais estão alinhados com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e estão em conformidade com os critérios do Comitê de Interpretações das normas internacionais de contabilidade – IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*. Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na imprensa oficial em 13 de abril de 2012, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM, exceto no que diz respeito aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que foram reapresentados, conforme disposto na Nota Explicativa 4 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia classificou como caixa e equivalentes de caixa os saldos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. Os equivalentes de caixa possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa (“CPC 03”) e foram designados desta maneira na preparação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Administração da Companhia efetuou uma revisão adicional dos procedimentos adotados na qualificação de determinadas aplicações financeiras como equivalentes de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e concluiu que a classificação de investimentos registrados como caixa e equivalentes de caixa, corroborada por seus auditores independentes, que, como consequência, emitiram parecer sem ressalva, estava desalinhada com as características de tais investimentos sob

a luz das práticas contábeis adotadas no Brasil.

De forma a refletir corretamente a essência econômica dos investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa sob a luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia ajustou, após a sua publicação, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito na tabela a seguir, os ajustes resultaram na redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, correspondido por um aumento nos valores das aplicações financeiras apresentadas no balanço patrimonial da Companhia, sendo estes ajustes refletidos nas demonstrações dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, publicados em 13 de abril de 2012 e os correspondentes saldos reapresentados estão demonstrados a seguir:

Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2011		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	187.476	-95.986	91.490
Aplicações financeiras	140.724	95.986	236.710

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-266.425	-95.986	-362.411
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	187.476	-95.986	91.490

Importante ressaltar que as referidas correções e ajustes efetuados não impactaram os demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as mutações do patrimônio líquido), demonstrações dos resultados do exercício e demonstrações dos resultados abrangentes.

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40") - A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7").

ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08") - A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.

CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18") - A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"). A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17") - A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*.

CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") - A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*.

CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35") - A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*.

Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33") - A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18") - A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45") - O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36") - A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46") - O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

2011

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de

dezembro de 2010, estando em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), os quais estão alinhados com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e teve a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (“CPC 00”), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15(R1) - Combinação de Negócios (“CPC 15”), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19(R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) (“CPC 19”), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos (“CPC 20”), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (“CPC 26”), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. Esta apresentação foi realizada pela Companhia no corpo das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (nota 26.g).

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu também algumas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia, dentre as principais estão:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 - Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2013, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas

internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2013

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2012

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2011

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza

em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial

envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, monitorando e garantindo a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências.

Dentre as recomendações comunicadas no relatório de 31 de dezembro de 2013, os auditores externos identificaram duas deficiências significativas, sendo:

(a) uma relacionada a ausência de revisão detalhada do cálculo do ativo financeiro (IFRIC 12) onde foram encontrados ajustes durante as revisões trimestrais de março e junho de 2013. Para o fechamento anual de 2013 criamos um “check list” de itens que deveriam ser considerados durante o processo de revisão do cálculo e não foram encontradas diferenças.

(b) outra relacionada aos acessos lógicos do sistema comercial onde foram identificadas ausências de revisões periódicas e acessos indevidos no sistema. Vários planos de ação estão em andamento como: conferência de todos os acessos ativos ao sistema, criação de um procedimento de controle de acesso ao sistema comercial e segregação dos módulos críticos dos demais.

No 1º semestre de 2014 terá início um projeto mundial do grupo de redesenho dos controles internos com o objetivo de mapear os processos, riscos e atividades em linha com a metodologia do grupo, identificação dos controles chaves, melhorar a eficácia e eficiência dos processos relevantes e definir os tratamentos a serem dados a possíveis conflitos oriundos das análises de segregação de funções. Este projeto será assessorado por uma empresa de consultoria global.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria do ano de 2013, identificaram a necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à nossa administração com relação às medidas de aprimoramento. As duas deficiências significativas estão comentadas conforme descrito no item 10.6 (a) e não causaram impactos no relatório dos auditores independentes sobre as nossas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, monitorando e garantindo a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências.

Dentre as recomendações comunicadas no relatório de 31 de dezembro de 2013, os auditores externos identificaram duas deficiências significativas, sendo:

(a) uma relacionada ao cálculo do ativo financeiro (IFRIC 12) onde foram encontrados ajustes durante a revisão trimestral de março e junho de 2013. Para o fechamento anual de 2013 criamos um “*check list*” de itens que deveriam ser considerados durante o processo de revisão do cálculo e não foram encontradas diferenças.

(b) outra relacionada aos acessos lógicos do sistema comercial onde foram identificados profissionais que já não trabalhavam mais no grupo mas ainda estavam com os acessos ativos no sistema. Vários planos de ação estão em andamento como: conferência de todos os acessos ativos ao sistema, criação de um procedimento de controle de acesso ao sistema comercial e segregação dos módulos críticos dos demais.

No 1º semestre de 2014 terá início um projeto mundial do grupo de redesenho dos controles internos com o objetivo de mapear os processos, riscos e atividades em linha com a metodologia do grupo, identificação dos controles chaves, melhorar a eficácia e eficiência dos processos relevantes e definir os tratamentos a serem dados a possíveis conflitos oriundos das análises de segregação de funções. Este projeto será assessorado por uma empresa de consultoria global.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria sobre a eficácia operacional dos controles internos de 2013, identificaram a necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à nossa administração com relação às medidas de aprimoramento. As duas deficiências significativas estão comentadas conforme descrito no item 10.6 (a) e não causaram impactos no relatório dos auditores independentes sobre as nossas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Como parte do Grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Tomando por base testes executados pela administração durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles internos. Caso fossem identificadas quaisquer imperfeições na execução dos controles internos, seriam corrigidas através da aplicação de planos de ação que viessem a garantir a sua total eficácia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e/ou recomendações presentes no relatório do auditor independente.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

2º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta foi integralmente utilizado para o resgate antecipado e a consequente liquidação das notas promissórias comerciais da sétima emissão da Emissora.

3º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta foi utilizado para reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em curso não foram aqui apresentados, pois a Companhia os divulga trimestralmente através do item Comentário de Desempenho, integrante das Informações Trimestrais – ITR. Os investimentos previstos para o exercício de 2013 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Investimentos	2013	2012	2011
Demanda	139.359	144.377	141.436
Novas Conexões	97.807	84.578	94.957
Crescimento Vegetativo / Outros	41.553	59.799	46.479
Qualidade	19.629	31.481	40.820
Segurança	525	2.174	3.336
Meio Ambiente	-	-	-
Requisito Legais	75.399	46.118	99.452
Programa Luz para Todos – PLPT	31.893	23.153	76.902
Outros	43.505	22.965	22.550
Perdas	30.585	18.592	27.375
Estratégicos	1.616	-3.051	1.221
Sistemas Comerciais	1.642	2.968	3.115
Sistemas Técnicos	10.292	2.729	1.535
Comunicações	1.521	2.016	2.555
Outros e Ajustes	12.876	-209	-22.583
Investimentos Totais	293.444	247.195	298.262
Investimentos sem PLPT	249.939	224.042	221.360

Crescimento Vegetativo

Atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Segurança

Investimentos orientados ao cumprimento de normas legais para dar segurança às pessoas e às instalações de AT/MT/BT. Além de poderem ser considerados os projetos de investimentos orientados a obsolescência tecnológica e de riscos operativos.

Meio Ambiente

Cumprimento de normas legais orientadas ao meio ambiente. Consideram-se os projetos de investimento na medida em que os custos associados sejam possíveis de ser ativados.

Outros Requisitos Legais

Investimentos que se originam por disposições ou resoluções legais, por compromissos contratuais dos contratos de concessão, por cumprimento de regulamentos elétricos distintos daqueles que regulam o abastecimento da demanda, qualidade de serviço e as normas de segurança.

Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Estratégicos

Decisões estratégicas, empresariais ou decisões discricionárias da alta direção da Companhia. Incluem-se os projetos corporativos, quando assim sejam classificados pela matriz.

Sistemas Comerciais

Investimentos necessários a otimização dos processos comerciais das empresas distribuidoras que não estejam incluídos nos sistemas corporativos.

Sistemas Técnicos

Investimentos em sistemas técnicos necessários para a otimização da exploração da rede (telecontrole, base de dados de exploração, cartografia, etc.) que não estejam incluídos no sistema corporativo.

Investimentos aplicados em vias de comunicação, radiocomunicação, e todos aqueles que não estejam incluídos em sistemas corporativos.

Comunicações

Investimentos aplicados em vias de comunicação, radiocomunicação, e todos aqueles que não estejam incluídos em sistemas corporativos.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

Com a exclusão dos investimentos no programa Luz para Todos (PLTP) que vigeu de 2004 até 2011, a Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra. Para os próximos anos, a Companhia estima manter este nível médio de investimentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de recursos operacionais da Coelce é o fluxo de caixa gerado com suas atividades operacionais, antes das deduções com impostos. Os fluxos de caixa provenientes de suas atividades operacionais são suficientes para suas necessidades de recursos. Todavia, a Coelce geralmente busca financiamento por meio de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, bem como instituições financeiras como Banco do Brasil, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para realização de investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Anexo II – Destinação do Lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2013	156.555.783,18
---------------------------------	----------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2013 (R\$)
Montante global	76.829,017,00
Valor por Ação	0,986818084

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	80%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi deduzido do lucro líquido R\$ 156.555.783,18, o valor de R\$ 60.519.511,93 (sessenta milhões, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e onze reais e noventa e três centavos) a ser destinada à reserva de Incentivo Fiscal. Assim, o lucro líquido passível de distribuição é de 76.829.017,00.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe "A"	Ações Preferenciais classe "B"
Dividendos	0,986818084	0,986818084	0,986818084

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser feito até 31/12/2014 em uma única parcela.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

16 de abril de 2014.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2011	2012	2013
Lucro Líquido	471.181.647,70	420.000.153,68	156.555.783,18
Lucro Líquido por Ação	6,0520177	5,394625145	2,010855847
Lucro Líquido por Ação Ordinária	6,0520177	5,394625145	2,010855847
Lucro Líquido por Ação Preferencial A	6,0520177	5,394625145	2,010855847
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	6,0520177	5,394625145	2,010855847

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2011	2012	2013
Dividendos	276.014.919,77	213.995.000,00	76.829.017,00
Proventos Totais p/ Ação (Ordinárias e Preferenciais A e B)	3,5452297190	2,7486247275	0,9868180841

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos. A companhia pagará mais que o mínimo, como informado.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Parcela dos dividendos fixos

Dividendos Propostos ref. Lucro de 2013	76.829.017,00
Por Ordinária	47.434.309,50
Por Preferencial A	27.880.275,29
Por Preferencial B	1.514.432,21

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos é superior ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual superior ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 29, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembléia Geral, conforme disposto no Estatuto.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 5.220.252,93 será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante não distribuído a título de dividendos, representando 20 % do lucro líquido passível de distribuição, será utilizado para compensar prejuízos de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 19.207.254,25 e o restante, no montante de R\$ 5.220.252,93 será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

O valor de R\$ 60.519.511,93 (sessenta milhões, quinhentos e dezenove mil, quinhentos e onze reais e noventa e três centavos) será destinado à reserva de Incentivo Fiscal

b. Explicar a natureza da destinação

coelce

uma empresa **endesabrazil**

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016.

Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

iv. razões que justificam a composição da remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade das atividades e resultados específicos, além de procurar sempre estar em dia com os valores praticados pelo mercado para tais cargos.

b) composição da remuneração:

Conselho de Administração

Dentre os membros do Conselho de Administração da Companhia, apenas o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes, fazem retirada, fixa, por reunião participada, de pro-labore.

Diretoria

Os componentes da remuneração da Administração da Coelce estão descritos a seguir:

Salário-base: salário nominal, também definido como a remuneração fixa; e

Remuneração variável: bônus baseado em metas corporativas e individuais e pagamento anual.

Benefícios: compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: a) Assistência Médico-Hospitalar; b) Assistência Odontológica; c) Seguro de Vida; d) Previdência Complementar; e) Check-up Médico; f) Veículo designado para cargos de alta liderança (apenas Diretoria).

Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	2011	2012	2013
Remuneração fixa	70%	70%	70%
Remuneração variável	29%	28%	25%
Benefícios	1%	2%	4%

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da Diretoria é definida pelo acionista controlador (Endesa Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior.

Os itens que compõem a remuneração são os informado acima. A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é constituída em sua totalidade de remuneração fixa mensal.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração pelo salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores, pois seguem práticas de mercado.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, tais como: geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA; lucro líquido; DEC (Duração Equivalente por Consumidor); FEC (Frequência Equivalente por Consumidor); pesquisa ABRADEE (ISQP); cobrabilidade; dívida vencida; índice de perdas; clima laboral; acidentes - taxas de frequência e gravidade; orçamento (investimento + OYM + pessoal).

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações

d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Conselho de Administração (Valores em R\$)	2011	2012	2013	2014 (Máximo Previsto)
Número de membros	11	11	11	11
Remuneração Fixa Anual	82.605,60	112.242,00	114.621,93	250.012,68
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	82.605,60	112.242,00	114.621,93	250.012,68
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total Conselho de Administração	82.605,60	112.242,00	114.621,93	250.012,68

Diretoria Estatutária	2011	2012	2013	2014 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	9	10	11
Remuneração Fixa Anual	4.828.927,01	6.102.841,77	7.098.705,12	11.204.205,36
Salário ou pró-labore	4.750.959,57	5.951.151,97	6.686.547,20	10.112.504,99
Benefícios diretos e indiretos	77.967,44	151.689,80	412.157,92	1.091.700,37
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	1.932.177,01	2.454.492,54	2.448.443,62	4.923.040,94
Bônus	1.932.177,01	2.454.492,54	2.448.443,62	4.923.040,94
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	6.761.104,02	8.557.334,31	9.547.148,74	16.127.246,30

Conselho Fiscal	2011	2012	2013	2014 (Máximo Previsto)
Número de membros	3	3	3	3
Remuneração Fixa Anual	121.318,80	151.874,52	140.056,20	275.795,61
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	121.318,80	151.874,52	140.056,20	275.795,61
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-

Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total Conselho Fiscal	121.318,80	151.874,52	140.056,20	275.795,61

	2011	2012	2013	2014 (Máximo Previsto)
Total Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	6.965.028,42	8.821.450,83	9.801.826,87	16.653.054,59

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

d) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, nem para os membros do Conselho Fiscal.

Diretoria Estatutária Coelce	2011	2012	2013	2014 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	9	10	11
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.070.189,65	2.629.813,44	3.497.776,60	5.907.649,13
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.725.158,04	2.191.511,20	2.914.813,83	4.923.040,94
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.932.177,01	2.454.492,54	2.448.443,62	4.923.040,94
Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	1.932.177,01	2.454.492,54	2.448.443,62	4.923.040,94

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) termos e condições gerais

b) principais objetivos do plano

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

f) número máximo de ações abrangidas

g) número máximo de opções a serem outorgadas

h) condições de aquisição de ações

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Companhia	Conselho de Administração Em 31/12/2013	Conselho Fiscal Em 31/12/2013	Diretoria Estatutária Em 31/12/2013
De Emissão da Própria Companhia	3.018	-	2
Ações Ordinárias	-	-	-
Ações Preferenciais Classe A	3.009	-	2
Ações Preferenciais Classe B	-	-	-
Controladores Diretos ou Indiretos	2	-	-
Endesa Brasil S/A – Ações Ordinárias	2	-	-
Sociedades Controladas	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	986	-	1
Ampla Energia e Serviços S/A – Ações Ordinárias	983	-	1
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A – Ações Ordinárias	1	-	-
Centrais Geradoras Termofortaleza S/A – Ações Ordinárias	1	-	-
Companhia de Interconexão Energética S/A – Ações Ordinárias	1	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d) valor justo das opções na data de outorga
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão

b) número de membros

c) em relação às opções ainda não exercíveis

- i. quantidade*
- ii. data em que se tornarão exercíveis*
- iii. prazo máximo para exercício das opções*
- iv. prazo de restrição à transferência das ações*
- v. preço médio ponderado de exercício*
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social*

d) em relação às opções exercíveis

- i. quantidade*
- ii. prazo máximo para exercício das opções*
- iii. prazo de restrição à transferência das ações*
- iv. preço médio ponderado de exercício*
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social*
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) em relação às opções exercidas informar:

- i. número de ações*
- ii. preço médio ponderado de exercício*
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas*

d) em relação às ações entregues informar:

- i. número de ações*
- ii. preço médio ponderado de aquisição*
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) órgão

b) número de membros

c) nome do plano

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e) condições para se aposentar antecipadamente

f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, informamos o que segue:

	Exercício social findo em 31/12/2013
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	2
c) Nome do plano	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
e) Condições para se aposentar antecipadamente	No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.
f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.425.736,13
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	141.080,38
h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto que no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Nos casos de dispensa sem justa causa, ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração	2011	2012	2013
Remuneração Total Conselho de Administração	82.605,60	112.242,00	114.621,93
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

Diretoria Estatutária	2011	2012	2013
Remuneração Total Diretoria Estatutária	6.761.104,02	8.557.334,31	9.880.081,78
Remuneração Diretores Coelce (apenas)	6.170.543,28	8.239.383,43	8.895.873,82
Remuneração dos Diretores que também são Diretores da Endesa Brasil	590.560,74	430.192,88	765.896,85
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	9%	5%	8%

Conselho Fiscal	2011	2012	2013
Remuneração Total Conselho Fiscal	121.318,80	151.874,52	153.792,06
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conselho de Administração	2011	2012	2013
Remuneração em:	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Diretoria Estatutária	2011	2012	2013
Remuneração em:			
Controladores Diretos e Indicadores	522.481,60	430.583,49	305.168,29
Fixa	367.142,55	301.144,74	214815,82
Variável	155.339,05	129.438,75	90.352,47
Sociedades sob Controle Comum	1.116.437,07	1.825.960,12	1.561.835,36
Fixa	784.509,06	1.277.053,82	1.099.416,12
Variável	331.928,01	548.906,30	462.419,24
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Conselho Fiscal	2011	2012	2013
Remuneração em:	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas a este item foram divulgadas nos itens acima.

Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas. Item 12.6 a 12.10

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome**
- b) idade**
- c) profissão**
- d) CPF ou número do passaporte**
- e) cargo eletivo ocupado**
- f) data de eleição**
- g) data da posse**
- h) prazo do mandato**
- i) outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não**

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador
Raimundo Francisco Padilha Sampaio	77	Economista	000.386.363-07	Membro Titular do Conselho Fiscal	16/04/2012	A confirmar	01 ano	Não há	Sim
Antonio Cleber Uchoa Cunha	60	Engenheiro	053.637.133-49	Membro Titular do Conselho Fiscal	16/04/2012	A confirmar	01 ano	Não há	Sim
José Aldro Luiz de Oliveira	65	Economista	001.684.403-34	Membro Suplente do Conselho Fiscal	16/04/2012	A confirmar	01 ano	Não há	Sim
Aldemir Ferreira de Paula Augusto	40	Advogado	620.303.374-04	Membro Suplente do Conselho Fiscal	16/04/2012	A confirmar	01 ano	Não há	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há comitês formais.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) currículo, contendo as seguintes informações:

i principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas*

Conselho Fiscal

RAIMUNDO FRANCISCO PADILHA SAMPAIO

De nacionalidade brasileira, nascido em 26 de julho de 1936. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Ceará em 1990, com Programa de Treinamento em Desenvolvimento Econômico – UFC/CNI/BNB; e Mercado de Capitais, promovido pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em convênio com a New York University, em New York. Trabalhou no Banco do Nordeste. Foi professor do curso de economia da UFC e UECE. Foi economista do Instituto de Pesquisas Econômicas da UFE. Foi Presidente da Bolsa de Valores Regional – NE e Presidente da Bolsa de Mercadorias do Ceará. Foi Consultor da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e ocupou o cargo de Vice-Presidente da Bolsa Brasileira de Mercadorias – BBM e de Vice-Presidente da CNBV – Comissão Nacional das Bolsas de Valores. É Membro do Conselho Consultivo das Comissões Temáticas da Assembléia Legislativa do Ceará.

ANTÔNIO CLEBER UCHOA CUNHA

De nacionalidade brasileira, nascido em 24 de outubro de 1953. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Desde outubro de 1997 é Cônsul Honorário do Chile em Fortaleza. Ocupou o cargo de Diretor da União das Classes Produtoras do Ceará-UCP e Membro do Conselho Curador da Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas-FACTA, em Campinas-SP. Foi Membro do Conselho de autoridade portuária do porto do Mucuripe, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, do Conselho do SEBRAE, do Conselho de representantes da FIEC, do Pacto de Cooperação do Estado do Ceará, do Conselho Estadual do Trabalho do Ceará, do Conselho de Administração da Coelce e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará-FACIC e é Secretário das Finanças no município do Maracanaú – CE.

JOSÉ ALDRO LUIZ DE OLIVEIRA (Suplente)

De nacionalidade brasileira, nascido em 22 de março de 1947. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com dissertação na área de estratégia competitiva de pequenas e médias empresas. Atualmente atuando na área de consultoria pública e empresarial. Exerceu os cargos de Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste, Chefe das Divisões de Projetos Agroindustriais e de Cooperativas do Banco do Nordeste, Gerente de Crédito Rural e Chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural do banco do Nordeste, Presidente da Comissão de Reestruturação do Sistema Financeiro da Paraíba, dentre outros.

ALDEMIR FERREIRA DE PAULA AUGUSTO (Suplente)

De nacionalidade brasileira, nascido em 02 de maio de 1972. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-graduado em Direito e Processo Tributários pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Associado gerente das filiais de Fortaleza (CE) e Recife (PE) do escritório profissional De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados S/C, atua como especialista em Direito Tributário, Comercial e Societário.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nenhum dos profissionais mencionados no item 12.8 acima esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado em esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Todos os administradores da Companhia estão devidamente habilitados para a prática de suas respectivas atividades profissionais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.